

LAZER E JUVENTUDE ENCARCERADA: TENSÕES ENTRE TRABALHO, DISCIPLINA E PRÁTICAS CULTURAIS EM UMA UNIDADE PRISIONAL DA APAC

Recebido em: 12/11/2015

Aceito em: 27/05/2016

*Cristiane Miryan Drumond de Brito*¹

*Walesson Gomes da Silva*²

*Walter Ernesto Ude Marques*³

Universidade Federal de Minas Gerais

Belo Horizonte – MG – Brasil

RESUMO: Este estudo representa investigação interdisciplinar sobre os significados e sentidos atribuídos às experiências de lazer de presos em um presídio configurado conforme o modelo da Associação de Proteção aos Condenados - APAC, na região metropolitana de Belo Horizonte - MG, que se diferencia do sistema comum por ter um método próprio de trabalho, denominado “Método Apaqueano”. Nele, os apenados cumprem, no dia-a-dia, rotina preestabelecida pela gestão da unidade prisional de forma compartilhada, aproximando-se de um modelo de autogestão. Ainda assim, essa instituição exerce certo controle sobre as ações diárias dos condenados que, de certa forma, compromete suas atividades de lazer. Frente a isso, por meio de estudo etnográfico, buscamos compreender os sentidos e significados atribuídos ao lazer pelos jovens aprisionados na APAC, suas formas de apropriação dos espaços dessa instituição nas suas práticas de lazer e os processos de sociabilidade aí instaurados. Nesse sentido, realizamos revisão bibliográfica em 3 (três) áreas distintas: 1) o campo de estudos do lazer; 2) as políticas públicas que têm como foco o sistema prisional; e 3) relação entre juventude aprisionada e lazer. Dialogamos com produções acadêmicas na perspectiva da teoria histórico-cultural, visando compreender como esses sujeitos geravam sentidos a partir das práticas de lazer vivenciadas na prisão. Para isso, recorremos à metodologia qualitativa, com apoio nas técnicas de observação participante e entrevista semiestruturada. Os resultados obtidos evidenciaram que as práticas de lazer ocorreram em tempos e espaços reduzidos e que seus potenciais educativos e formativos não são explorados.

PALAVRAS CHAVE: Atividades de Lazer. Prisões. Adolescente.

LEISURE AND YOUTH INCARCERATED: TENSIONS BETWEEN WORK, DISCIPLINE AND CULTURAL PRACTICES IN A PRISON UNIT APAC

¹ Professora Dra. da EEEFTO/UFMG e docente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer EEEFTO-UFMG.

² Doutorando no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer EEEFTO-UFMG.

³ Professor Dr. da FAE/UFMG e docente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer EEEFTO-UFMG.

ABSTRACT: This study presents interdisciplinary research on the significance and meanings attributed to prisoners of leisure experiences in a prison set up as the model Protection Association to Convicts - APAC, the metropolitan region of Belo Horizonte - MG, which differs from the common system have a method of work, called "Apaqueano method". In it, the convicts meet in day-to-day, pre-established routine for managing the prison unit in a shared manner, approaching a self-management model. Still, that institution some control over the daily actions of the convicts who, somehow compromises their leisure activities. Faced with this, through ethnographic study, we sought to understand the meanings attributed to the leisure by young people trapped in APAC, their forms of appropriation of spaces that institution in their leisure activities and sociability processes instituted there. In this sense, the literature is reviewed in three (3) distinct areas: 1) the leisure field of study; 2) public policies that focus on the prison system; and 3) relationship between imprisoned youth and leisure. We dialogued with academic productions in view of the historical-cultural theory, to understand how these subjects generated directions from leisure activities experienced in prison. For this, we used the qualitative methodology, supported on participant observation techniques and semi-structured interview. The results showed that leisure practices occurred in reduced time and space and that their education and training potentials are not exploited.

KEYWORDS: Leisure Activities. Prisons. Adolescent.

Introdução

Neste artigo, apresentaremos ao leitor experiências produtoras de sentidos e significados gerados através de atividades de lazer em um presídio na região metropolitana de Belo Horizonte. Este estabelecimento prisional atua de forma distinta ao modelo hegemônico clássico de nosso país, já que funciona por meio do modelo desenvolvido pela Associação de Proteção aos Condenados - APAC. No entanto, para apresentar essas atividades lúdicas e educativas, procuraremos situar o leitor quanto aos conceitos utilizados na produção desse texto, que será dividido em duas partes, a primeira está subdividida em quatro tópicos que esboça os conceitos que nortearam o desenvolvimento do estudo realizado, e a segunda que descreve algumas atividades que participaram desta pesquisa. Destacamos que esse texto provém de um trabalho de mestrado defendido recentemente, e que através da observação participante e outros instrumentos metodológicos, nos foi possível perceber o caráter formativo dos

momentos de lazer pesquisados, os quais proporcionavam aos jovens encarcerados ressignificar suas ações diante das experiências expressivas propiciadas pelas atividades observadas na investigação.

Quanto ao Sistema Prisional Estudado

Na contramão do sistema prisional clássico, o qual apresenta caráter punitivo, e que estigmatiza e criminaliza o encarcerado considerando-o como indivíduo naturalmente perigoso, sem contextualizar o fenômeno da criminalidade nos seus aspectos histórico, sociais, culturais, e econômicos, surgiu, na década de 1970, a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - APAC. Trata-se de entidade civil de direito privado, com personalidade jurídica própria, que se dedica ao trabalho de reeducação e reintegração social dos condenados com penas de privação de liberdade, conforme propõe os termos do seu Estatuto. Essa proposta desenvolve um método próprio de valorização humana, vinculada à evangelização da população atendida. Na sua proposição, busca, de maneira ampla, a proteção da sociedade, a promoção da Justiça e o socorro às vítimas.

No seu bojo de propostas, essa entidade estabelece como pilar a Constituição Federal que, em seu artigo 5º, estabelece que “a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado” (BRASIL, 1988). Operando como uma instituição de auxílio aos Poderes Executivo e Judiciário na execução penal, tem seu estatuto resguardado pelo Código Civil e pela LEP. Nesse aspecto, a APAC auxilia na administração do cumprimento das penas de privação de liberdade, nos regimes fechado, semiaberto e aberto. Nela, o preso recebe tratamento espiritual, jurídico, médico e psicológico diretamente da comunidade.

A segurança e a disciplina do presídio são constituídas com a participação dos detentos, já que o método não funciona com a presença de policiais ou agentes penitenciários dentro da instituição, e sua proposta se articula por meio da ideia de autogestão aliada à espiritualidade. Essa característica metodológica produz um número ínfimo de funcionários comuns, denominados “inspetores de segurança”, quando se avalia a proporção de presos e trabalhadores no sistema. Além disso, conta com a atuação de voluntários.

Outro fato relevante a ser mencionado é que, nesse método, todos os encarcerados são chamados de recuperandos e tratados pelos próprios nomes, além de serem implicados nas atividades cotidianas da instituição penal. Apesar das controvérsias do termo recuperar, o qual remete para políticas tradicionais marcadas pelo prefixo: re, como reeducar, ressocializar, reintegrar, e outras denominações que remetem para visões reformistas, funcionalistas e pragmáticas, compreende-se que o modelo traz perspectivas renovadoras que necessitam ser evidenciadas e problematizadas para o avanço de práticas inclusivas no campo prisional.

Juventude e Diversidade

A juventude representa um período de experiências humanas, histórica e socialmente construídas, não podendo ser concebidas de forma universalizada; no sentido de se compreender o jovem em “sua diferença, enquanto indivíduo que possui uma historicidade, com visões de mundo, escalas de valores, sentimentos, emoções, projetos, com lógicas de comportamentos e hábitos que lhe são próprios” (DAYRELL, 1996, p. 140). Assim, a juventude constitui um período “fortemente marcado pela diversidade, dependendo das condições sociais (classe social), culturais (etnias,

identidades religiosas, valores), de gênero (homens e mulheres) e de regiões” (SPÓSITO 1999, p.1).

Diante dessas considerações, discutir as formas de lazer de jovens é remeter a processos de sociabilidade, de descontração, azaração e construção de subjetividade, frequentes nesse período da vida, e de acordo com Carrano (1999), as práticas de lazer da juventude se afirmam como redes relacionais decisivas para a elaboração de identidades urbanas da juventude:

[o]s fenômenos relacionados com as atividades de lazer estão no centro dos processos de formação da subjetividade e dos valores sociais nas sociedades contemporâneas. Para os Jovens particularmente, as atividades de lazer se constituem num espaço/tempo privilegiado de elaboração da identidade pessoal e coletiva (CARRANO, 1999, p. 138).

Carrano (1999) considera que os processos sociais desenvolvidos nos espaços e momentos de lazer contribuem, significativamente, para a formação dos sujeitos; principalmente, os que são capazes de gerar momentos de sociabilidade dentro dos grupos juvenis.

De acordo com Paulo Freire (2006), ensinar é algo essencial ao sujeito, pois lhe permite criar sua própria identidade cultural; portanto, torna-se necessária a sensibilização social e política desses jovens. Freire enfatiza, constantemente, que educar não é mera transferência de conhecimentos, mas, sim, conscientização e testemunho de vida.

Para Dayrell (2005), a socialização, uma temática que permeia toda Sociologia clássica; funda-se na ideia de que existe uma articulação estreita entre indivíduo e sociedade. As normas e as organizações, antes de existirem lá fora, são formas de compreensão e ação dos indivíduos na sociedade. O encontro entre os seres humanos é, assim, fundamental, para a constituição da identidade e do lugar do sujeito nos espaços

sociais. Enquanto a socialização é algo mais rígido, fruto da interação com instituições, a sociabilidade é algo fluido, fundado na associação com o outro:

[a] sociabilidade é um símbolo da vida quando a vida surge no fluxo de um jogo alegre e fácil; ela é, contudo, um símbolo da vida. A sociabilidade não muda a imagem da vida além do ponto exigido por uma própria distância em relação a esta. Da mesma maneira, para parecer vazia e falsa, mesmo a arte mais livre e mais fantástica, não importa o quão esteja de qualquer cópia da realidade, alimenta-se de uma relação profunda e leal com essa realidade (SIMMEL, 1983, p. 179 *apud* DAYRELL, 2005, p. 184).

Esse pressuposto nos ajudou a pensar o processo de socialização e de sociabilidade dos jovens da APAC investigada. De um lado, as normas, as regras de convivência dos espaços; de outro, as formas de os jovens se apropriarem da instituição. Aqui, foi fundamental observar os tipos de associação, os tipos de conflitos e as alianças que se instauravam nesse espaço. Outro ponto interesse foi buscar compreender os interesses e os agrupamentos dos jovens durante as atividades de lazer propiciadas pela instituição onde se encontravam.

Os jovens em questão são em sua maioria oriundos das classes menos privilegiadas do nosso país. Além de em sua maioria possuírem baixa escolaridade, sua relação com a sociedade era marcada por estigmas e pelo confronto. Nessas condições, foi importante indagar pelo tipo de juventude que socialmente se constrói. Nesse aspecto era preciso compreender a subjetividade de cada um. Ao nos propormos a um estudo da subjetividade, colocava-se, de forma indivisível, a relação entre indivíduo e sociedade como momentos da constituição do sujeito. Segundo Rey (2003), o desenvolvimento de uma teoria da personalidade centrada na constituição subjetiva só é possível se:

[a] ideia de sujeito recupera o caráter dialético e complexo do homem, de um homem que de forma simultânea representa uma singularidade

e um ser social, relação esta que não é de determinação externa, mas uma relação recursiva em que cada um está simultaneamente implicado na configuração plurideterminada dentro da qual se manifesta a ação do outro (REY, 2003, p. 224).

Com isso, a constituição do sujeito resulta de suas ações, que constituem sua subjetividade, a partir dos processos de significação e sentido que se organizam na personalidade, em articulação com espaços sociais em que o sujeito está inserido. Esses desafios nos levaram a buscar sentidos e significados envolvidos na relação desses sujeitos com a instituição mediados por experiências de lazer tensionadas pelo trabalho, pela disciplina, pela escolarização, e demais atribuições sociais e individuais daqueles detentos.

De todo modo, pautamos, neste estudo, pela singularidade social daqueles jovens no compartilhamento com experiências de lazer num sistema penal diferenciado que, ainda, apresentava elementos de um ascetismo configurado no exercício físico e mental do trabalho como um fim para a remição das suas penas e redenção dos seus percalços (WEBER, 2004).

Sendo assim, remetemos a discussão para as concepções de lazer.

Concepção de Lazer

No campo do lazer, apresentaremos um conceito desenvolvido a partir do ponto de vista de Christianne Gomes que indica uma perspectiva dialética e complexa desse tipo de atividade humana, já que a autora entende que o lazer representa:

[u] ma dimensão da cultura constituída por meio da vivência lúdica de manifestações culturais em um tempo/espço conquistado pelo sujeito ou grupo social, estabelecendo relações dialéticas com as necessidades, os deveres e as obrigações, especialmente com o trabalho produtivo (GOMES, 2004, p. 125).

Dentro dessa ótica, o lazer representa algo que possibilita a vivência de experiências culturais individuais ou coletivas, capazes de produzir no sujeito valores necessários a uma vida cotidiana dotada de regras e posturas necessárias a uma vivência comunitária. Além disso, Gomes, Lacerda e Pinheiro (2010) apontam que o lazer constitui uma dimensão da cultura, configurada a partir do contexto sócio-histórico-cultural do sujeito, sendo, portanto, uma necessidade humana:

[a]ssim, o lazer é constituído conforme as peculiaridades do contexto no qual é desenvolvido e implica produção – no sentido de reprodução, construção e transformação de práticas culturais vivenciadas ludicamente por pessoas, grupos, sociedades e instituições. Essas ações são construídas em um tempo/espço social, dialogam e sofrem interferências das demais esferas da vida em sociedade e nos permitem ressignificar, simbólica e continuamente, a cultura (GOMES; LACERDA e PINHEIRO, 2010, p. 34).

Diante aos apontamentos de Gomes (2004), compreendemos o lazer como uma dimensão da cultura repleta de possibilidades para a produção humana. Entretanto, é comum constatar nas produções acadêmicas e práticas sociais, perspectivas que privilegiam dimensões pontuais acerca do fenômeno reduzindo-o a uma única dimensão na abordagem dos seus conteúdos culturais. Nesse aspecto, se associa, por exemplo, a experiência individual como uma produção exclusiva do indivíduo, fora de um contexto mais amplo.

Diante das concepções de lazer apresentadas, cumpre refletir quão importante é aprofundar a discussão referente às práticas de lazer dentro dos presídios. Sendo o lazer um direito social previsto na Lei de Execuções Penais - LEP, cabe ao Poder público competente avaliar as produções artísticas e culturais advindas dos presídios como produções de trabalho, proporcionando, assim, direito à remição e estímulo a novas vivências. Nessa perspectiva, o lazer, no contexto prisional, representa uma

possibilidade concreta de gerar sociabilidade e socialização para os sujeitos privados de liberdade, ao romper com seu confinamento a processos exclusivamente punitivos.

Perante isso, remetemos a discussão à perspectiva histórico-cultural, para compreensão dos conceitos de subjetividade, significado, sentido e sujeito.

Concepção de Significado e Sentido

Diante da proposta constituída, fez-se necessária a construção dos conceitos de sentido e significado. Para isso, buscamos embasamento teórico em Vygotsky (2000, 2003, 2005) e Rey (1995, 2003, 2004, 2005, 2007 e 2011), fundamentado na teoria histórico-cultural.

De acordo com Vygotsky (2000), significado seria o arcabouço da palavra que auxilia o sujeito histórico-cultural a difundir suas experiências sociais. Contrapondo o sentido, o significado é uma produção social objetiva ao ato em que é aquinhoadada por todos os sujeitos pertencentes a uma determinada cultura (LURIA, 1986). Os significados configuram os mecanismos simbólicos da sociedade.

Quanto ao sentido, na concepção de Vygotsky (2000), representa o sujeito fazer uso da consciência, por meio da palavra, de forma fluida e complexa, para expressar sua construção subjetiva individual. Para Rey (2005), a subjetividade é constituída por uma natureza complexa advinda de uma configuração histórico-cultural. Esse pesquisador cubano menciona que a dialética dá fim à dicotomização entre o indivíduo e a sociedade ao afetar ambos os sistemas. Destarte, a resignificação do homem como sujeito histórico é um processo de subjetivação. Quanto a esse aspecto, Rey (2005, p. 78) afirma que:

[...] a subjetividade não se internaliza, não é algo que vem de “fora” e que aparece “dentro”, o que seria uma forma de manter a dualidade em outros termos. [...] trata-se de compreender que a subjetividade não é algo que aparece somente no nível individual, mas que a própria cultura dentro da qual se constitui o sujeito individual, e da qual é também constituinte, representa um sistema subjetivo, gerador de subjetividade.

Nessa perspectiva, o lazer representa uma prática social atravessada por processos que configuram a subjetividade humana, na qual os sentidos e os significados se entrelaçam de forma contraditória e complementar. Sendo assim, a pesquisa desses elementos nas práticas culturais e sociais, aqui proposta, pretende dar visibilidade a esses intercâmbios no contexto prisional. Isso posto, apresentamos, no próximo item as práticas de lazer na unidade prisional pesquisada e seu potencial pedagógico num contexto periférico, dentro da perspectiva formativa a que essa obra se propõe.

Concepções de lazer no contexto prisional pesquisado: tensões entre o controle, o trabalho, o desregramento, e o pecado

Aqui, abordamos a questão da visita íntima – que tornou-se a categoria mais recorrente nesta pesquisa – e as tensões provocadas por certo controle que marcam o sistema da APAC, bem como valores religiosos envolvidos nessa prática. Os apenados, de certa forma, compreendiam as relações sexuais de um modo maniqueísta; como algo sagrado – quando praticado com suas parceiras habituais, com vínculo afetivo previamente estabelecido – ou como profano – quando praticado com outras pessoas. Por isso, divido este capítulo em 2 (dois) subtítulos: um aborda os sentidos e significados associados à glorificação da prática sexual vivenciada com suas esposas e companheiras; e outro, o caráter profano da sexualidade vinculada ao lazer, concebida como algo que se afasta de preceitos religiosos e remete a uma vida pecaminosa e

desregrada. Essas dimensões foram percebidas, de forma mais indireta, nas entrevistas e observações realizadas.

Desse modo, ficou evidente a importância do lazer no sistema prisional, cujos sentidos e significados identificados foram analisados, no intuito de compreender seu potencial para o desenvolvimento da sociabilidade e de processos educativos em distintas práticas culturais.

Visita íntima no presídio: entre o profano e o sagrado

Um dos aspectos que nos chamou atenção inicialmente, foi certo caráter sagrado atribuído às visitas íntimas. Nenhum dos entrevistados concebia esses momentos como sendo de práticas de lazer. Para eles, sexo, nessa acepção, somente poderia ser realizado com “garotas de programa”. Nesse sentido, o compromisso e o afeto que tinham por suas esposas afastavam das visitas íntimas a conotação de lazer. Cumpre ressaltar, nesse sentido, que a inter-relação entre lazer e sexualidade foi levantada, por Dumazedier (2003), como elemento importante de pesquisa para tentar compreender a complexidade dessa prática social, apesar da concepção funcionalista defendida por esse pesquisador francês. Na visão dos aprisionados, o lazer estava associado ao lúdico e, principalmente, aos momentos de fruição e de diminuição do estresse e da raiva. Quanto a essa questão, um dos pesquisados comentou o seguinte:

[a] íntima eu não posso falar pra você que é um momento de lazer que pra mim eu não vejo como um momento de lazer, não. Porque um momento de lazer é um momento que você está ali brincando, você está tirando a sua raiva de alguma coisa, sabe? E a íntima eu vejo como um encontro. Um encontro de uma pessoa que você gosta, sabe. Um encontro mais íntimo pra você poder... Muitos vê a íntima como... O cara vai pra íntima só pra transar, sabe, pra ter uma relação com a mulher, mas a APAC mesmo não vê dessa forma e eu também não vejo dessa forma. É logicamente que a gente vai também pra ter relação sexual com a esposa da gente, mas é um momento íntimo que

a gente tem entre a gente que muitos que tem a visita aqui não tem a visita só de uma esposa. Tem a visita de outros familiar, não tem como você conversar outras coisas com a sua esposa que às vezes você precisa conversar. Como que você vai até discutir sobre algum relacionamento da gente... como que a gente discute num lugar aberto, sabe? Com um tanto de gente passando, escutando. Então a íntima ali é vista como um ponto de encontro da gente, sabe. Onde que a gente pode conversar com a esposa da gente, sabe. Passar a noite com a esposa da gente é agradável, ajuda demais a gente, sabe. Antes, quando eu cheguei na APAC, que comecei ter minha íntima, eu achava o maior barato. Eu falava, “noh, que coisa bacana você poder dormir com sua esposa ali,” sabe? E, quando eu ia, eu só ficava pensando em sexo. Eu falava, “ó, vai chegar o dia da minha íntima, vai chegar o dia da minha íntima.” Hoje não, hoje já vejo mais como... já não tenho aquela ansiedade mais (Sujeito 3).

Está evidente, na fala desse apenado, que classifica as relações sexuais em duas perspectivas que oscilam entre o sagrado e o profano. Desse modo, enquanto, para ele, a prostituição está ligada ao profano, a visita íntima está ligada ao sagrado. Badinter (1985), no entanto, apontou para a importância dada a imagem feminina, no final do século XVIII, pelo Catolicismo e que ainda habita nosso imaginário judaico-cristão. Esse olhar produziu a ideia de uma mulher glorificada, em oposição a aquela criatura “original”, bíblica (Eva), fonte do pecado e da sedução. Nesse ponto, essa pesquisadora autora comenta o seguinte:

[a] mulher não é mais identificada à serpente do Gênesis, ou a uma criatura astuta e diabólica que é preciso por na linha. Ela se transforma numa pessoa doce e sensata, de quem se espera o comedimento e indulgência. Eva cede lugar, docemente, a Maria. A curiosa, a ambiciosa, a audaciosa metamorfoseia-se numa criatura modesta e ponderada, cujas ambições não ultrapassam os limites do lar (BADINTER, 1985, p. 175).

Diante do exposto, pode-se compreender a reação de muitos dos apenados entrevistados devido à forte influência da religião cristã, em todo o Ocidente, até nossos dias. Por ocasião da pesquisa, pudemos observar esse caráter religioso como uma dimensão marcante nas vidas dos condenados. Para muitos, a oportunidade de um novo recomeço passava por essa dimensão religiosa. Dessa maneira, a visita íntima, entendida

como lazer, poderia representar um ato satânico que foge da ordem moral, em um contexto de quem sofre uma condenação. Dentro do imaginário moderno, o lazer foi compreendido como algo imoral, um momento de gozo, do prazer pelo prazer, que corrompe, que leva para o mal, em oposição ao valor moral atribuído ao trabalho – uma atividade que redime o sujeito dos seus pecados (SOUZA, 2000; WEBER, 2004). Dessa forma, naquele contexto, era inconcebível associar o lazer a um momento destinado a um encontro familiar, já que essa concepção também se opõe à metodologia apaqueana. Ao deslocar a visita íntima para essa dimensão simbólica religiosa realiza-se o método prescrito, uma vez que a visita íntima representa um dos 12 (doze) pilares de sustentação do método, por meio da valorização do ato de união da família.

Não adotamos, todavia, uma perspectiva essencialista do lazer, como se a visita íntima representasse algo exclusivamente associado há um tempo disponível para o prazer, o lúdico, o relaxamento e o entretenimento. Reconhecemos que outros significados e sentidos estavam articulados com essa prática social. Nossa questão se refere à negação daquele momento quanto ao seu aspecto prazeroso da sexualidade humana, questão que abordaremos no próximo tópico. Dessa maneira, destacamos que, de acordo com Durkheim (1989), não existe nada que seja essencialmente sagrado ou profano; essas dimensões diferem-se conforme sua finalidade social. Destaca, ainda, que qualquer elemento – por exemplo, uma data como o dia de *halloween* – é definido como sagrado ou profano devido ao sistema de classificação construído por um determinado grupo social. Outro exemplo pode ser dado pelos significados atribuídos ao pão e ao vinho que, por meio de rituais religiosos, são transformados em objetos sagrados. A propósito disso, Woodward (2000) sublinha a relação entre sagrado e profano na constituição identitária dos sujeitos sociais:

O sagrado aquilo que é “colocado à parte“ é definido e marcado como diferente em relação ao profano. Na verdade, o sagrado está em oposição ao profano, excluindo-o inteiramente. As formas pelas quais a cultura estabelece fronteiras e distingue a diferença são cruciais para compreender as identidades. A diferença é aquilo que separa uma identidade da outra, estabelecendo distinções, frequentemente na forma de oposições, separando o “nós” e “eles” (WODDWARD, 2000, p. 41).

A identidade, embora represente aquilo que o sujeito é, faz sentido somente quando posta em relação à alteridade; ou seja: a aquilo que o sujeito não é. Essas fronteiras, no entanto, são construídas dentro de marcos histórico-culturais (REY, 2004b). Do ponto de vista simbólico, um apenado da APAC que se dedicava à laborterapia por meio da pintura de quadros, do tricô e da produção de objetos de madeira, por exemplo, era visto como um sujeito em processo de ressocialização. No entanto, aquele condenado que desejasse usar seu tempo de laborterapia para composição de uma música, tocar um instrumento musical ou praticar a capoeira seria visto como alguém que cultiva o ócio, remetendo-o para a representação de malandro e vagabundo. Esses elementos produzem processos de subjetivação nos apenados, tal como um dos condenados comenta, nestes termos: “[...] inclusive, são atividades professor, que nem remição dão, não posso perder tempo, entende?! (sujeito1 - N.C.C., 08/01/14)”.

Diante ao exposto, acreditamos ser necessária uma compreensão mais ampliada da dimensão cultural do lazer que considere suas relações com o mundo do trabalho. Assim, apresento-o como mais uma possibilidade no que tange a uma transformação qualitativa da sociedade, partindo-se de uma perspectiva de inclusão sociocultural de um grupo marginalizado, como no caso observado na APAC. Para que se faça isso, Bramante (1992) alerta que o significado do lazer deve ser debatido tanto no âmbito acadêmico quanto no do senso comum, visando desconstruir visões dicotômicas que

ocultam aspectos dialógicos entre o lazer e o trabalho, nas suas contradições e complementaridades. Dessa forma, todos poderiam compreender sua importância na vida coletiva e individual, rompendo com perspectivas maniqueístas.

O lazer, muitas vezes, torna-se muito mais uma aspiração do que uma realidade, para os desclassificados em uma sociedade marcada por desigualdade social (SOUZA, 2012). Esse lazer talvez tenha se apresentado nas vidas desses sujeitos apenas como desejo, e não como realidade, o que nos leva a crer que seja esse, também, mais um motivo de negação do prazer em um momento íntimo familiar, provavelmente por não acreditar que a ele seja concedido esse direito. Percebemos, no entanto, na fala abaixo, de um dos entrevistados, a dimensão cultural do lazer, porque o que foi dito está carregado de aspectos de sociabilidade, de troca de informações, experiências e afetividade:

[é]! De estar. De poder desabafar, sabe. De poder escutar alguma coisa que ela está fazendo, que às vezes um momento que a gente tem na vida da gente é muito corrido. É de oito horas da manhã às cinco da tarde. Se você tem um filho acaba deixando sua esposa de lado (mencionando o dia de visita social). A minha mesmo reclama isso aí, quando meus meninos vêm. Que eu não vejo eles frequente, eu vejo eles pouco, então quando eles vem eu dou mais atenção pra eles do que pra ela. Ela reclama disso daí, sabe. Então a íntima é tida como esse momento pra ser um momento da esposa da gente mesmo. E eu gosto de assistir uma televisão com ela, uns programa que a gente gostava de assistir junto na rua, sabe, e aqui nos domingo a gente assiste. Quando não é o dia da minha íntima que eu fico vendo um programa que a gente assistia, eu lembro dela, sabe. E gosto de escutar ela. O que ela fez no trabalho, como que foi a semana dela, entende? E ela me pergunta como que foi a minha. E também ela gosta de cuidar da minha vaidade na íntima também, sabe. Faz meu pezinho, pinta meu cabelo, sabe. Então ali eu vejo como um momento de encontro mesmo, eu não vejo como um lazer, não, como diversão não. Eu vejo como um encontro bacana mesmo de duas pessoas que gosta mesmo, sabe. E não posso dizer por todos né, Walesson, às vezes uns interpretam como um lazer, eu [...] (Sujeito 3).

De todo modo, como era esperado, essa perspectiva não se mostrou homogênea ou única entre os entrevistados; apenas um dos sujeitos mencionou a visita íntima como

um momento de lazer e sua fala concebe essa prática social como ocasião de sociabilidade, tal como as dos demais participantes desta pesquisa:

[s]im, a proximidade numa relação é melhor, melhor, bem íntimo com certeza. Então eu acho melhor assim, em visita eu acho como um lazer, um lazer e, assim... também uma forma mais de você ser mais amigo, companheiro, um homem solidário com a sua esposa, com sua companheira e vice versa, no momento que você estiver nesse estado (Sujeito 2).

Outro entrevistado, ao relatar o sentido da visita íntima em seu percurso no sistema prisional, relatou, também, sua primeira saída condicional (salientamos que a pesquisa foi realizada com detentos do sistema fechado). No decorrer da pesquisa, porém, esse apenado foi transferido para o regime semiaberto e, ao procurá-lo para aprofundar as informações fornecidas na primeira entrevista, ele mencionou essa experiência social “fora do cárcere”, tornando-se um momento complementar do estudo realizado, que apontou a riqueza da visita íntima familiar para os apenados. Ainda assim, ela era concebida de forma equivocada, preconceituosa e tratada de forma violenta na sociedade e no sistema comum, conforme se depreende desta transcrição de fala desse informante:

[n]a minha primeira saída temporária, minha carteira de motorista está apreendida por causa de infração de trânsito, aí eu estou fazendo reciclagem. Aí, na sala de aula lá, ninguém sabe que eu sou... ninguém..., assim..., essa professora que eu vou falar o que aconteceu, ela não sabe que eu sou... que eu estou cumprindo pena. Aí, ela falando sobre infrações e penalidades que são incumbidos em cima da pessoa que cometeu e tal, aí ela falando... aí ela entrou no assunto por um acaso, falando que preso não... ela tipo discriminou, né, preso tem visita de família, tem visita íntima... Então, deu pra ver que..., assim, nesse assunto, ela é leiga no que ela estava falando, porque ela não conhece. Pra sociedade, a pessoa que está cumprindo pena, ela tem que ser penada de todas as formas, não é só a privação de liberdade. Então, ela não sabe que ela está contribuindo, pensando assim, para um ciclo vicioso. Porque o cara lá no sistema comum, apanhando todo dia, não tem uma proximidade com a família, porque a família toma esculacho demais lá de agente. **A família é tratada como se fosse criminosa também e acaba que não consegue acompanhar, separa.**

Tem certos presídios que não tem visita íntima. Aí, vai só afastando da família e o presidiário passando aquela atribulação de ter privação de liberdade, apanhando, sempre sendo tratado como animal, comendo lixo, não tem a esposa lá, arruma outro na rua, porque não tem aquela aproximação de um homem e uma mulher mesmo. E ela criticando isso, que em alguns presídios tem. **Então, eu fico pensando, é muito fácil a gente falar do que a gente não conhece, porque ela mesmo, ela não sabe, mas ela está contribuindo para um ciclo vicioso que um dia pode atingir ela.** Por causa disso que, uma pessoa sai revoltada e aí é o quê? É a reincidência. O cara volta a cometer crime. Um dia alguém da família dela pode ser penalizado por isso. E achei que ela criticou muito porque nunca ocasionou, teve uma ocorrência de alguém da família, ou ela mesma. Porque no trânsito, simplesmente se ela dirigiu e atropelou uma pessoa, você pode vir a cumprir pena.

Não quer dizer que... tem muita gente ruim no sistema, eu não vou negar, mas tem pessoas lá que às vezes foram forjadas de crime, gente que cometeu pequeno crime que pode se ressocializar facilmente, gente que precisa de mais uma atenção para ressocializar. Aí se é uma pessoa que a gente gosta, da nossa família, do nosso meio, eu tenho certeza que não vai querer abandonar e vai passar por todos os sofrimentos e tribulações que a minha família mesmo está passando. A minha mãe..., a minha irmã é advogada, nunca cometeu crime, minha mãe sempre foi muito honesta e, no entanto, está aqui, como a gente fala na nossa gíria, marchando cadeia junto comigo, sofrendo comigo. Minha mulher mesmo, não aceita nada de errado, mas foi conhecendo aos poucos, está me acompanhando e está nessa luta comigo aí há dois anos já, está me acompanhando, vem comigo dormir na cadeia. É uma parte que contribui que eu penso, né. O ser humano é falho, né, mas eu não penso de forma nenhuma voltar a cometer crime, porque eu não quero esse mal, principalmente pra minha família. Eu estou pensando mais neles no que em mim.

Eu tentei assim levantar uma forma do pensamento geral da sociedade, porque eu também sou sociedade. Eu sou preso e sou sociedade, só que eu tenho um conhecimento desse lado de cá, eles não têm. Então, a gente critica porque a gente não conhece, sem saber que pode estar contribuindo pra “piora” de um meio comum. Porque eu um dia... eu estou voltando a conviver na sociedade, estou saindo de quarenta em quarenta e cinco dias, tem minha saída temporária. Imagina se eu estou lá... só alimentando ódio e lembrando das coisas ruins que aconteceu comigo no passado, querendo vingança sobre muita coisa, porque **a pessoa que chega a cair no sistema passou por muita coisa ruim antes. Eles não sabem o quê que criou aquele monstro, que todo mundo põe que o cara é um monstro por si só.** Tem gente ruim que começou por maldade, mas tem gente que foi criado num meio que a sociedade fez ela virar monstro. **Então, no final das contas é um ciclo vicioso que nós mesmos somos culpados da nossa própria criação** (sujeito 1).

Esse relato cercado de emoção desse entrevistado permite reflexão sobre vários aspectos do cotidiano de um condenado, oportunizando vislumbrar alguns aspectos da sua vida futura, como egresso do sistema prisional. Seu relato reafirma o pensamento de Goffman (1975), segundo o qual há uma mácula que torna o sujeito egresso de um sistema prisional fragilizado perante a sociedade, atuando como dificultador de sua efetiva reinserção social. Ainda de acordo com o citado entrevistado, essas experiências podem acarretar um ciclo de segregação por toda sua vida.

De acordo com Bauman (2012), pode-se dizer que essas pessoas condenadas são indivíduos que não conseguiram ser inseridos no processo de globalização do mundo atual e, por isso, transformaram-se em “refugos humanos”. Como se trata de um processo excludente, a globalização da desigualdade social causa dor, eliminação e morte. Ao usar a expressão “refugos humanos”, Bauman (*op. cit.*) nomeia os indivíduos que não se adequaram ao “mundo líquido”; pessoas que, de alguma maneira, não estão ao abrigo das leis, que não os contemplaram; que os governantes não ampararam; pessoas que, em algum momento histórico, ficaram não apenas às margens dos avanços tecnológicos, mas, também, de novas formas de inserção precária gerada pelo mundo globalizado, como ressalta esse pesquisador:

[a] “vida líquida e a “modernidade líquida” estão intimamente ligadas”. A “vida líquida” é uma forma de vida que tende a ser levada à frente numa sociedade líquido-moderna. “Líquido-moderna” é uma sociedade em que as condições sob as quais agem seus membros mudam num tempo mais curto do que aquele necessário para a consolidação, em hábitos e rotinas, das formas de agir. A liquidez da vida e a da sociedade se alimentam e se revigoram mutuamente. A vida líquida, assim como a sociedade líquido-moderna, não pode manter a forma ou permanecer em seu curso por muito tempo (BAUMAN, 2007, p. 7).

Essa modernidade líquida, em razão das características descritas por Bauman (2012), é fortemente marcada pela exclusão. Como o conjunto da sociedade pode se

ajustar a uma realidade que muda suas rotinas e hábitos em um período muito curto? Em um ambiente de fluidez, como se pode recorrer à experiência passada para se planejar um futuro? Bauman (*op. cit.*) destaca o caráter consumista dessa sociedade, em que as pessoas valem não pelo que são, mas pelo que têm. A posse de determinado objeto pode significar a inserção em determinado grupo social e efetivo pertencimento a ele. Como as formas de possuir não estão disponíveis para todos, seja pela questão da sustentabilidade ambiental, seja pela concentração de renda nas mãos de uma minoria privilegiada, a exclusão torna-se o produto mais veemente de uma sociedade desigual. Dentro de uma lógica meritocrática, a aqueles que procuraram um caminho “alternativo” para obter sucesso que não seja pelo “trabalho digno” deve ser dado o castigo da prisão, do esquecimento no “exílio”. Essa individualização do fracasso social oculta uma trama de segregação voltada a um grande contingente de pessoas condicionadas a processos de subcidadania (SOUZA, 2012), porque, de acordo com Rocha e Torres (2011), a pequena burguesia só pode legitimar a obtenção de riqueza por intermédio da exaltação do próprio esforço:

[a] exaltação acrítica e aficionada da dedicação e esforço máximos ao trabalho, que é a principal marca do moralismo pequeno-burguês, é uma reação compensatória à carência que esses seres humanos possuem com relação a qualquer critério “espiritual que legitime sua condição no mundo” (ROCHA; TORRES, 2011, p. 212 *apud* SOUZA, 2011, p. 81).

Retomando as condições nas quais as visitas íntimas eram organizadas por meio de regras, ficou evidente que tal procedimento obedecia a dias e horários previamente estabelecidos (cada apenado tinha direito a uma noite, quinzenalmente; a instituição determinava que o encontro seria de 12h30min (doze horas e quinze minutos), que poderia acontecer entre as 19h e as 7h15min, de quarta-feira, bem como aos domingos).

Relativamente a regras para visita íntima, Miotto (1984) afirma que as tensões existentes nos presídios são antigas, e que antes mesmo de se pensar sobre questões relativas aos Direitos Humanos, já havia preocupação com a questão sexual do preso. Segundo ela, as penitenciárias – principalmente as de população mais densa – viviam grandes problemas nesse âmbito, porque a homossexualidade e a exploração sexual causavam conflitos e mais tensão entre os apenados, como fontes de ciúmes e agressões graves. Dessa forma, alguns diretores de presídios se convenceram de que a melhor saída para essa crise seria possibilitar aos condenados visitas íntimas com mulheres. Em um primeiro momento, indagou-se sobre quais mulheres teriam acesso ao sistema prisional e logo uma liminar estabeleceu que somente mulheres casadas ou amasiadas que comprovassem relação estável com o condenado poderiam compartilhar essa experiência com seus companheiros. Nesse momento, foram estabelecidas as primeiras regras para regulamentação desses encontros íntimos e um dos principais requisitos foi a demonstração de boa conduta por parte do preso.

Essa nova dinâmica no presídio gerou grande expectativa, no final da década de 1970; no entanto, naquela época, gerou muitos efeitos contrários. De acordo com Ude (2007), a hostilidade em relação às mulheres dos presos em dias de visita íntima, por parte dos vizinhos das unidades prisionais, tornou-se comportamento que quebrava o código de honra do *ethos* guerreiro presente na cadeia (UDE, 2007a). Nesse ambiente, essas senhoras sofriam com insultos e comentários impregnados de malícias. Dentro do presídio, os locais designados para esses encontros eram nomeados como “galeria do amor”, “parlatório”, e também se usava a expressão “visita higiênica”. Essas expressões eram significativas, demonstrando a finalidade atribuída a esses momentos, bem como o lugar de abjeção da mulher. Outro problema provocado foi a reivindicação

de extensão do benefício de visita íntima aos presos que não tinham esposas. A propósito disso, Miotto (1984) aponta controvérsias:

[a] imprudência ou inadvertência de algum diretor, permitindo a extensão da “regalia” à amante, fez com que a seguir se generalizasse a pretensão dos presos quanto a receberem semelhante visita, para a qual seriam admitidas ou convocadas prostitutas. Agora, porém, já não se tratava, somente, de extensão demasiado ampla, mas envolvia também uma questão que poderia caber nas proibições do Código Penal, configurando um dos tipos de crime de lenocínio (este ou aquele, conforme os elementos constitutivos do fato concreto), cometido pelo Diretor do estabelecimento prisional, e co-autores (MIOTTO, 1984, p. 52).

Essa reivindicação não passou despercebida, tornando-se tema de pesquisa e debates, já que a sexualidade, entre outras dimensões, representa uma necessidade humana:

[u]ma vez que os casados e os que tem companheira podem, “têm o direito”, de receber a “visita íntima”, também os demais presos, todos indistintamente, hão de ter “esse direito”, pois que, para sentir exigências sexuais não é preciso ser casado ou ter companheira (MIOTTO, 1984, p. 52).

Ainda conforme Miotto (1984), esse interesse pelo problema nunca superou a questão. Segundo a minha orientação teórico-metodológica, o mais importante seria compreender o significado e a relevância dessas visitas para a vida do apenado. Além de um direito, essas visitas se constituem como o primeiro elo entre o condenado e o mundo externo a prisão, e, conforme salienta Rey (2003), os impactos dessas experiências emocionais e simbólicas na subjetividade dos sujeitos necessitam ser pesquisados, até porque a família representa importante pilar nesse processo de ressignificação da condição de “exílio”. Para corroborar com essa reflexão, apresentamos, a seguir, transcrições de falas de alguns dos entrevistados sobre visita íntima, família e sua importância:

[e]u acho que é isso, ela é essencial. Tanto pra quem está recolhido quanto pra quem... a pessoa que vem pra íntima dessa pessoa que está aqui dentro, a esposa da pessoa lá fora porque ela pode estar passando por N problemas. Aquele momento ali é o momento dela com ele. Momento dela mostrar que ela está sendo fiel, momento dela mostrar o amor dela por ele ou dele por ela. Acho que é um momento essencial. É, da intimidade dos dois, do entender o sentimento do outro, do si doar, de receber... (Sujeito5)

Igual... no sistema comum, eu já vi, eu já vi acontecendo, da pessoa... do preso não ter a sua visita íntima e a sua esposa, sua companheira, se afastar, não ir mais visitar, entendeu? A gente fala como abandonar a gente na prisão. Então, assim... a companheira não vai mais, deixa de lado... Acaba abandonando. Eu acho muito por causa disso. Porque, igual o sistema comum não proporciona você a ter uma relação com a sua esposa do jeito, da forma que você queria ter, entre aspas. A APAC já proporciona... Sim, a proximidade numa relação é melhor, melhor, bem íntimo com certeza. Então eu acho melhor assim, em vista eu acho como um lazer, um lazer e, assim... também uma forma mais de você ser mais amigo, companheiro, um homem solidário com a sua esposa, com sua companheira e vice versa, no momento que você estiver nesse estado... Eu, particularmente, no meu modo de vista, tem dias que você não acorda bom, que nem Deus agradou todo mundo, mas eu, no meu caso, no meu modo de vista, na semana que eu sei que eu vou ter minha visita íntima com a minha esposa, assim, já dá mais um alívio não só no coração, mas na mentalidade também. Porque já sei que eu vou assim... “pôxa, vi minha esposa domingo, só vou ver ela daqui quinze dias agora.” Então no caso assim, igual eu particularmente, eu veja a minha esposa domingo agora, igual essa semana, no domingo eu vejo a minha esposa e na sexta-feira eu ver ela de novo, por causa que, aí é a minha visita íntima (Sujeito2).

Então, é um horário que você tem de ficar você e sua esposa. Só os dois, sem ninguém, num quarto bem... aconchegante na verdade não é tão, não é igual casa, mas é bem aconchegante, bem limpo. A televisão que você vê também, o rádio, o ventilador, e tal, uma coisa boa. Uma coisa que a APAC prega que... é uma coisa que faz lembrar a sua própria casa, pra você não perder esse laço familiar com a sua esposa. Então, eu não acho, no meu modo de pensar, eu não acho uma visita íntima como um lazer. Eu não vejo isso como um lazer. Eu não vejo como lazer porque o momento conjugal, eu e minha esposa conjugal com minha esposa. Eu e minha esposa é meio... sei lá. Mas porque eu estou pensando como casamento, como uma coisa mais afetuosa e tal, mais amorosa. Aí pode ser que outras pessoas não pensem da mesma forma, né. Acho que como lazer, como prazer e tal, estão pensando mais pro outro lado... Muda. Porque na verdade, você está privado de sua liberdade, você não tem mais aquele... aquele laço com sua esposa. Você perde aquele convívio, você perde estar com ela 24 horas por dia e tal, auxiliando vinte e quatro horas por dia. Então, esse momento aqui faz você lembrar, que não só lembrar, mas faz você viver, né, viver esse momento com sua esposa, conjugal com ela, momento que você pode dar carinho, pode conversar sem ninguém

estar te ouvindo, você pode ter o ato sexual também. Você pode ter vários outros... entendeu? Naquele momento com ela, então, faz fortalecer o casal. Igual a APAC prega que a família bem estruturada é o suporte de tudo. Então, você ter uma família bem estruturada é o suporte de tudo. A pessoa se recupera, na verdade, mais por ela própria, pela família. Então, ela tem uma família bem estruturada, uma família ali bacana, faz ajudar na recuperação dele próprio. Está num lugar digno, num lugar onde ela pode ter a visita dele normal, um lugar bem asseado, limpo. Você próprio, é você mesmo que limpa, você mesmo que decora, você mesmo que arruma, então fica do seu gosto. Fica do gosto de cada pessoa, fica do seu gosto se você quiser pôr o que você quiser pôr ali, nada supérfluo, é lógico, né, mas quiser decorar ali, se quiser decorar você decora... É. Porque exemplo, você fica sabendo uma semana antes que você vai pra íntima uma semana depois. Então, uma semana de antecedência, você por um tapete, você pode por uma colcha lá, bonita; um travesseiro bacana; um quadro. Então, você pode decorar do jeito que você quiser. Você pode mudar a decoração pra não cair na rotina. Você pode fazer várias coisas. Coisas diferentes pra estar fortalecendo o casal também. Então, ela é muito importante, muito importante pra fortalecer a parte... (sujeito 6).

A configuração subjetiva desses momentos produzia sentidos singulares, quando se possibilitava ao sujeito ocasiões e condições para expressar sua subjetividade, como acontecia na APAC, tornando-se uma experiência geradora de novos sentidos (REY, 2003; 2004a). Analisando-se os relatos dos pesquisados, percebe-se a dimensão simbólica que essa visita íntima ocupava no sentido de conservação dos laços familiares.

Lazer, disciplina e trabalho: uma discussão acerca das tensões enfrentadas pelos apenados

A visita íntima, contudo, não era apenas um momento de lazer, ou um momento sagrado e de estreitamento de laços familiares. Era, além disso, um momento de controle, de punição e de tentativa de domínio dos corpos. Esse aspecto é discutido por Foucault (1990), quando aborda o sistema prisional como um panóptico (arquitetura que permite a vigília constante dos corpos). Na APAC pesquisada, essa perspectiva era

mais tênue; havia, porém, nesse espaço havia uma “tecnologia do eu” (FOUCAULT, *op. cit.*); ou seja: formas de autocontrole que podiam ser percebidas, como se observa neste relato:

[a]h, professor, vai da disciplina, né, vai da disciplina da pessoa. Se você é um cara disciplinado você vai ter as suas regalias. A partir do momento que você quebrou sua disciplina, infelizmente eles cortam por que? Porque se deixasse, se continuasse a programação... o pessoal, até a gente acha: “não, está numa boa, está normal.” Então, quer dizer, vai espelhar para os outros errar. Ah, o cara errou ali não cortou nada, não cortou lazer, não cortou futebol, não cortou nada, então não está dando nada. Continua... Com certeza. Isso faz parte da disciplina, entendeu. Isso faz parte também da mudança de mentalidade da pessoa... Com certeza, com certeza. É igual um filho, você corta aquilo que ele mais gosta, até ele pensar que não pode. “pô, se eu continuar a fazer isso, vai acarretar o quê? Meu pai fez vai tirar aquilo que eu gosto, entendeu?” ... Não é um negócio de punição, um castigo. Isso não é um castigo. Infelizmente nós quebramos a disciplina, entendeu? O que mais gosta. (Sujeito 4).

Foucault é bem conhecido por suas obras que retratam os mecanismos de controle e tentativas de sujeição que negam a autonomia do indivíduo e apresenta, historicamente, a ascensão do Capitalismo e suas formas de exercer controle sobre os corpos, de modo a servirem às necessidades desse modelo econômico que constringe a subjetividade do sujeito, no intuito de produzir sua “docilização” e sua conformidade a partir de imposições. Em outro momento, esse estudioso debate e analisa as resistências dos indivíduos aos mecanismos de controle, ao retratar o que denomina “as tecnologias do eu”:

[t]écnicas que permiten a los individuos efectuar un cierto número de operaciones en sus propios cuerpos, en sus almas, en sus pensamientos, en sus conductas, y ello de un modo tal que los transforme a sí mismos, que los modifique, con el fin de alcanzar un cierto estado de perfección, o de felicidad, o de pureza, o de poder (FOUCAULT, 1990, p. 48).

A proposta de pesquisar as práticas individuais revela a atuação de um controle que fragmenta e que reduz o sujeito por meio de uma trama social em que se busca a

disciplinarização dos corpos. Essa sociedade que controla as pessoas apresenta “tentáculos” em distintas práticas sociais, como podemos perceber, também, dentro do sistema prisional apaqueano. Este comentário de um dos entrevistados ilustra essa perspectiva:

[s]e você tira o lazer, cara, pô! É você privar o cara de uma... é uma falsa liberdade na verdade que o cara tem aqui, mas privar ele daquela liberdade que ele tem praticamente, porque o cara trabalha o dia inteiro. Os trabalhos aqui normalmente nenhum são remunerados, alguns são, mas são muito poucos, a remuneração é muito baixa. Então, no caso, as duas pessoas, nenhuma são remuneradas, eles fazem com boa vontade, com gosto o trabalho pra ter no horário de lazer estar livre, aí no horário de lazer, pô, ele vai ficar preso no dormitório? Ficar fechado dentro do dormitório é ruim. É ruim. Eu já fiquei uns dias já, mas é ruim. Já fiquei uns dias lá que eu estava passando mal e tal. É ruim demais, mas eu já fico acostumado porque eu já não gosto muito de... agora eu mudei... jogava muito futebol, jogo ainda, sempre joguei e tal, mas agora estou buscando algo diferente pra minha vida. Eu estou lendo muito, lendo bastante. Então, o horário de lazer é o horário deitado ali na cama, lendo. Então, eu já li um livro em quase uma semana, eu leio. Então, estou acabando, peguei gosto.

Fico ali esperando aquele momento pra mim ler, um momento que eu estou sem fazer alguma coisa pra eu ir lá ler de novo. Então, se cortar esse momento aí, é a mesma coisa de tirar um doce de uma criança, é complicado... **É uma forma de punir e controlar, com certeza. Porque se você não faz uma coisa que pra eles não é certa, eles queimam seu lazer e você fica sem o lazer e fica sem uma coisa que você gosta. Então, pra você ter o lazer, você tem que estar fazendo a coisa que eles acham que é certa pra você ter lazer...**

Ah, eu acho errado porque não adianta só ser punitivo. Não adianta. Não vão recuperar ninguém, porque normalmente é para aquele preso privado da liberdade, privado de estar com sua família. Seu psicológico praticamente abalado, psicológico totalmente abalado, totalmente (Sujeito 6).

Para discorrer sobre esse tema, cumpre-me esclarecer o que representava, para Foucault (1990), a “tecnologia do eu” – tratava-se de um conjunto de atividades sobre si, destinadas a seu corpo e à sua alma, com o propósito de auferir para si uma transformação capaz de produzir certo grau de felicidade. Essa tecnologia dialoga com outra – a “tecnologia de poder” –, que, por sua vez, objetiva determinar a conduta do

sujeito, visando à sua dominação (FOUCAULT, 1990, p. 48). A impossibilidade de questionar esses mecanismos gera alienação entre os condenados submetidos ao sistema imposto. Essa relação entre ambas é assim apresentada por Foucault:

[a]s ‘artes da existência’ tiveram uma importância considerável em nossas sociedades. Deve-se entender, com isso, práticas refletidas e voluntárias através das quais os homens não somente se fixam regras de conduta, como também procuram se transformar, modificar-se em seu ser singular e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e responda a certos critérios de estilo (FOUCAULT, 1998, p. 15).

Cumprido, então, descrever o que representava, para Foucault (1999), o conceito de poder. Essa compreensão possibilita entender os mecanismos da “tecnologia do eu”: “[o] poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada” (FOUCAULT, 1999, p. 89). Segundo ele, o poder está em toda parte, tornando-se quase onipresente, não porque abarca tudo, mas porque se produz e reproduz, a todo o momento, durante as relações cotidianas.

Dentro da APAC pesquisada, essa perspectiva não era tão diferente, já que observamos relações de poder nela estabelecidas, em vários momentos. Nesse aspecto, as nuances de poder aconteciam em várias dimensões do sistema, tanto da gestão para com os condenados quanto para com os funcionários da instituição (vale destacar que alguns dos inspetores de segurança já passaram pelo sistema prisional, na condição de detentos), e desses inspetores para com os apenados. De certo modo, isso é tratado como algo “natural”. Um fato, porém, que me chamou a atenção foi o poder disciplinador exercido por condenados para com os próprios condenados. Nesse caso, foi mais notória essa ação de dominação por parte dos apenados que ocupavam cargos

no Conselho de Sinceridade e Solidariedade - CSS. De certo modo, pode-se dizer que se tratava de oprimidos que oprimem (FREIRE, 1968).

Esse poder era visível no sistema prisional pesquisado, mas seus efeitos eram invisíveis sobre os corpos aprisionados. Esses elementos só podem ser captados de forma indireta, como nos aponta Rey (1999), por meio de uma epistemologia qualitativa. Quanto a isso, um dos entrevistados relata sobre a importância da visita íntima no que diz respeito ao controle da violência. Ele mencionou um episódio, ocorrido em outro presídio, em que o detento atacou um companheiro de cela devido à falta de visita da esposa. De certa forma, esse controle das visitas íntimas no sistema APAC era realizado por um conselho disciplinar administrado por outros presos; logo, percebia-se que esse grupo detinha um nível de poder concreto sobre os demais. Por outro lado, essa equipe produzia certo controle das tensões que poderiam vir a gerar violência no presídio. A propósito disso, um entrevistado comentou o seguinte:

[e]u já vi muito acontecer por causa disso mesmo, igual eu falei, no caso do sistema comum. As companheiras, as esposas, abandonam muito e isso chega fato, igual eu já vi em 2007 no Ceresp Gameleira, por causa da companheira ter afastado do preso, por causa da visita íntima que não tinha lá. Esse preso meteu a faca na barriga do outro, matou o cara dentro da cela. Por causa dessa... acho que a falta de um relacionamento mais íntimo com a companheira. Então, assim... acho que veio a levar ele a fazer isso, a cometer isso porque a cabeça já estava cheia, a esposa já tinha um mês que não tava indo visitar, então... isso acho que gerou um ódio no coração, aí veio essa fatalidade. Então, assim... acho que é um alívio até pra nós mesmos, no dia a dia, pra estar conversando com um irmão que mora com você, com a direção, até com familiar que vem no final de semana, porque acontece muito. A pessoa marca uma visita para o sábado, ou pra sexta-feira, ou pra quinta-feira, que são os dias aqui. Aí a esposa não vem, então, chega no domingo, ele acha que a mãe ou o pai dele que vem visitar, ou um irmão, um sobrinho. Ele acha que foi eles que foram os culpados da esposa não pôde ter vindo na visita. Então, assim...muitos não entendem. Então, já partem pra agressividade com a família. Sendo que a família não tem nada a ver. Então, eu acho assim, um pouco é bom, mas se a pessoa não tiver, acho que prejudica também, entendeu? (sujeito 2).

Cumprir mencionar, todavia, que, semestralmente, a diretoria do CSS era reeleita, sendo que, na metodologia da APAC, o poder deve ser compartilhado por todos; na prática, porém, percebemos que não havia muitas lideranças, nessa instituição prisional, por parte dos apenados; talvez, devido a isso, esse controle sempre voltava às mãos de um mesmo aprisionado.

Além dos pontos levantados até aqui, referentes às tensões entre lazer, trabalho e sistema prisional, é imperativo ressaltar que a instituição pesquisada tinha como um de seus pilares, segundo o método apaqueano, a religião cristã. Sabe-se que a visão protestante induziu o sujeito a buscar a salvação pelo trabalho e a rejeitar o ócio, desde o século XVI (WEBER, 2004). Isso posto, uma das formas de punição era negar ao apenado que descumprisse alguma regra seu momento de lazer. Dessa forma, além de lhe tirar algo que lhe proporcionava prazer, buscava-se, com isso, o arrependimento desse sujeito, de maneira a levá-lo a se sentir desconfortável diante de Deus e dos demais condenados, porque ficar à toa não era algo percebido com bons olhos. Essa perspectiva reproduzia o ditado popular “mente vazia, oficina do diabo”; a ociosidade, como mecanismo punitivo (PINTO, 2014), era instituída pelo trancamento na cela, para que o detento “refletisse” sobre alguma transgressão cometida. Conforme, porém, se verifica abaixo, o trabalho ou a laborterapia eram mantidos:

[e]u já acho uma coisa errada, porque assim, se cortar o lazer da pessoa, a pessoa trabalha o dia inteiro, ela viu que deu às cinco horas, ela quer ir ali... quer fazer uma academia ou quer jogar um futebol, ou quer assistir uma televisão. Então, no caso eu já acho que faz a pessoa ter um pensamento pra voltar mais pro mundo da criminalidade de novo... Você quer um lugar pra ressocializar... é maneira negativa pra estar voltando pra criminalidade em vez de ressocializar com a sociedade. Então eu já acho que é uma coisa errada de fazer. Acho que se fosse uma conversa, acho que seria mais prático (sujeito 2).

A punição, contudo, não era percebida homoganeamente, por todos, como algo negativo, representando um processo pedagógico necessário ao contexto. Nossa inquietação, todavia, era não perceber o desenvolvimento de distintos momentos reflexivos para produzir novos sentidos entre os aprisionados:

[q]uando você foge das regras daqui, aí eles tiram alguma coisa que você... quando você não fica de castigo. Por exemplo: no nosso dormitório, ele corta o seu lazer, corta uma coisa que você mais gosta. Se você gosta de televisão, corta sua televisão, se você gosta de futebol, corta seu futebol. E é... eu acho que ficaria mais fácil, porque, quando... tem um pai... é mais fácil corrigir a criança assim: tirar aquilo que ela mais gosta. Igual ela gosta de ficar no computador, ela fez aquilo de errado, ele vai ver o irmão dele brincando no computador, mas ele não pode. Vai ver os colegas dele jogando futebol, mas não pode. Então, toda vez que ele for fazer aquilo de novo, “noh, como foi sofrido!” então, aqui é muito ruim você fazer alguma coisa e ser punido. Eu gosto de futebol, graças a Deus eu nunca fui punido por isso (Sujeito 5).

De acordo com Foucault (1999), o ato de disciplinar – por ele chamado de biopoder – é composto por 2 (dois) sentidos. Um deles tem caráter positivo, porque concede ao sujeito potencialidade que o transforma em indivíduo mais qualificado; entretanto, o segundo sentido é o que condiciona o indivíduo à docilidade, a ser o que não reclama e, sim, se submete a qualquer ordem, sem questioná-la. De todo modo, essa docilidade, no sistema prisional comum, é subvertida por atos de rebeldia e motins, em distintas situações:

[e]ste biopoder, sem a menor dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos (FOUCAULT, 1999, p. 132).

Observamos, na maioria das entrevistas, que os entrevistados percebiam a existência de um controle, porque sabiam que, ao falharem em alguma atividade ou quanto à obediência a alguma norma, poderiam ser punidos. Isso já estava internalizado

em sua subjetividade. Na teoria da “tecnologia do eu” (FOUCAULT, 1999), o panóptico deixa de ser um controle totalmente vigiado e passa a ser inserido o autocontrole. O indivíduo torna-se responsável por suas próprias ações, comprometido com sua própria mudança, de forma individualizada:

[...] o ajustamento da acumulação dos homens à do capital, a articulação do crescimento dos grupos humanos à expansão das forças produtivas e repartição diferencial do lucro, foram, em parte tornados possível pelo exercício do biopoder com suas formas e procedimentos múltiplos. O investimento sobre o corpo vivo, sua valorização e a gestão distributiva de suas forças foram indispensáveis naquele momento de afirmação do capitalismo (FOUCAULT, 1999, p. 133).

Partindo do ponto de vista de Michel Foucault, toda atividade humana deve ser concebida como atividade de poder, seja ela externa ao seu corpo, seja ela sobre o próprio corpo. Esse poder será modelado pela condição social de cada sujeito, por sua cultura, condição social, religião, etnia e capacidade de (se) sujeitar e/ou transgredir. Ainda segundo Foucault, no mundo contemporâneo, evitar o trabalho é inadmissível, porque essa escolha fere as condutas impostas pelo Capitalismo: “[...] em nossa sociedade em que o lazer é a regra, a ociosidade constitui uma espécie de desvio” (FOUCAULT, 2009, p. 416). O lazer, nessa perspectiva, é contemplado como um bem de consumo, tornando-se algo concebido como imoral.

Segundo os princípios que regem as normas de conduta propostas por esse sistema capitalista, toda atividade humana é valiosa quando gera produção e consumo de forma massificada; no entanto, a voracidade do Capitalismo percebeu a oportunidade de controlar, também, o tempo ocioso. Esse tempo aparentemente livre torna-se taxado como vadiagem e, com isso, percebe-se a necessidade de se ajustar a prática do lazer a uma estrutura mercantilista. Para Costa (1983), o objetivo, nesse caso, é controlar o tempo para higienizar o sujeito de oportunidades que lhe fossem prejudiciais à saúde ou

à moral: “[...] a finalidade explícita deste controle do tempo era não deixar margem à ociosidade. O ócio induzia à vagabundagem, à capoeiragem e aos vícios prejudiciais ao desenvolvimento físico e moral” (COSTA, 1983, p. 183). Seguindo essa linha de raciocínio, o controle do tempo ocioso também se expressa dentro dos presídios, porque constitui um cenário que compõe um exercício de um biopoder institucionalizado.

Considerações Finais

Por fim, ressaltamos que o lazer representa atividade complexa, suscetível a levar o sujeito a produzir sentidos distintos em ações desempenhadas durante o momento de descontração; no entanto, a política pública prisional não se vale do seu caráter educativo. Destarte, contrapõe a isso, usufruindo do lazer apenas de maneira utilitarista, visando esgotar as energias dos detentos, acreditando que, dessa maneira, estaria prevenindo a violência entre os apenados. Mais uma vez, ficou evidente a necessidade de se refletir, com os sujeitos apenados, as tensões, sentidos e significados presentes nessa prática social (REY, 2003).

Acreditamos que um sistema prisional que pretende libertar os condenados pela sociedade de amarras que os isolam de vínculos sociais mais amplos promotores de cidadania não pode reproduzir práticas punitivas que associam o trabalho como instrumento de controle e barganha frente a possíveis práticas transgressivas. Pelo contrário, o trabalho representa atividade humana geradora de pertencimento e de inclusão social que possui caráter libertador, educativo e emancipador para o exercício da cidadania, desde que se torne algo digno para a vida dos sujeitos, bem como o lazer constitui um direito social que atende às necessidades humanas nos seus modos de expressividade cultural, momentos lúdicos e práticas esportivas. Esses elementos são

dialogicamente complementares e antagônicos, e necessitam ser debatidos nas tensões geradas por suas possibilidades de socialização e sociabilidade. Esperamos que as questões suscitadas pela discussão levantada por este estudo possam provocar reflexões sobre o valor educativo presente no contexto do lazer em interlocução com o mundo do trabalho.

REFERÊNCIAS

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BAUMAN, Zygmund. **Vida Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

_____. **Danos Colaterais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BRAMANTE, A. C. Recreação e lazer: o futuro em nossas mãos. In: MOREIRA, W. W. **Educação Física & Esporte: perspectivas para o século XXI**. Campinas: Papirus, 1992. p. 161-179.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 19 dez. 2013.

CARRANO, P. C. R. **Angra de tantos reis: práticas educativas e jovens tra(n)çados da cidade**. 1999. Tese (Doutorado em Educação) - Departamento de Educação Física e Desportos, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1999. 450p.

COSTA, J. F. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

DAYRELL, Juarez. A Escola como espaço sócio-cultural. In: DAYRELL, Juarez (Org.). **Múltiplos olhares na educação e cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996. p. 136-161.

_____. **A música entra em cena**. O rap e funk na socialização da juventude. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

DUMAZEDIER, J. As Drogas e a Revolução Social do Lazer. **Licere**, Belo Horizonte, v. 6, n.2, p. 11-16, 2003.

DURKHEIM, E. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Paulinas, 1989.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. **Tecnologias del yo y otros textos afines**. Barcelona: Paidós Ibérica, 1990. 150p.

_____. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999. 233p.

_____. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998. 233p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

_____. **Pedagogia do Futebol**. Campinas: Autores Associados, 2006.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

GOMES, Christianne Luce (Org.). **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____.; LACERDA, Leonardo; PINHEIRO, Marcos Pinheiro. **Lazer, turismo e inclusão social: intervenção com idosos**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

LURIA, A. R. O problema da linguagem e a consciência. In: LURIA, A. R. **Pensamento e Linguagem: as últimas conferências de Luria**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

MIOTTO, Arminda Bergamini. Sexo e família dos presos. **Revista da Faculdade de Direito da UFG**, [s.l.], v. 8, n. 1-2, p. 47/82, jan./dez. 1984. Disponível em: <<https://h200137217135.ufg.br/index.php/revfd/article/view/11523/7564>>. Acesso em: 13 jan. 2014.

PINTO, L. M. S. M. Lazer. In: SOUZA, J. V. A.; GUERRA, R. (Org.). **Dicionário Crítico da Educação**. Belo Horizonte: Presença Pedagógica, 2014. p. 44.

REY, F. L. G. As categorias de sentido, sentido pessoal e sentido subjetivo: sua evolução e diferenciação na teoria histórico-cultural. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia da Educação**, São Paulo, EDUC, n. 1, 1995.

_____. **Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2003.

_____. O sujeito, a subjetividade e o outro na dialética complexa do desenvolvimento humano. In: MITJÁNS-MARTÍNEZ, A.; SIMÃO, L. M. (Org.). **O outro no desenvolvimento humano: diálogos para a pesquisa e a prática profissional em psicologia**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004a. p. 1-27.

REY, F. L. G. **O Sujeito na Psicologia e a Psicologia Social – a emergência do sujeito**. Petrópolis: Vozes, 2004b.

_____. **Pesquisa qualitativa e subjetividade:** os processos de construção da informação. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

_____. **Psicoterapia, subjetividade e pós-modernidade:** uma aproximação histórico-cultural. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

_____. **Pesquisa qualitativa em Psicologia:** caminhos e desafios. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

_____. As categorias de sentido, sentido pessoal e sentido subjetivo: sua evolução e diferenciação na teoria histórico-cultural. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia da Educação**, São Paulo, EDUCA, 1995/1999.

SOUZA, J. **A modernização seletiva:** uma interpretação do dilema brasileiro: Brasília: Ed. UnB, 2000.

_____. **A Construção Social da Subcidadania:** para uma sociologia política da modernidade periféricas. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012.

SPÓSITO, M. P. **Os jovens no Brasil:** desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas. São Paulo: Ed. Ação Educativa, 1999.

UDE, W. E. Juventude, violência e masculinidade. **Presença Pedagógica**, Belo Horizonte, v. 13, n. 75, p. 15-20, mai.-jun. 2007a.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **Psicologia pedagógica.** Tradução de Paulo Bezerra. Porto Alegre: Artmed, 2003.

_____. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: LEONTIEV, A. *et al.* **Psicologia e Pedagogia:** bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento. São Paulo: Centauro, 2005. p. 103-119.

_____. O problema da consciência. In: VYGOTSKY, Lev Semenovich. **Teoria e método em Psicologia.** São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 171-189.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo.** 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (Org. e Trad.). **Identidade e diferença.** Petrópolis: Vozes, 2000. p. 8-72.

Endereço dos Autores:

Cristiane Miryan Drumond de Brito
EEFFTO/UFMG
Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha
Depto. Terapia Ocupacional Sala 3113

Belo Horizonte – MG – 31.270-901
Endereço Eletrônico: cdrumonddebrito@gmail.com

Walesson Gomes da Silva
Rua Dos Bem te vis, 98
Belo Horizonte – MG – 31.744-151
Endereço Eletrônico: walessongomes@gmail.com

Walter Ernesto Ude Marques
Faculdade de Educação/UFMG
Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha
Depto. de Ciência Aplicada à Educação Sala 1550
Belo Horizonte - MG, 31270-901
Endereço Eletrônico: walterudebh@hotmail.com